Segunda-Feira, 09 de Novembro de 2026

Agosto Lilás: proteger uma mulher é também garantir o seu futuro

Neste mês de agosto, o Brasil se veste de lilás para lembrar que nenhuma mulher deveria ter medo dentro da própria casa. A campanha nacional marca o aniversário da Lei Maria da Penha, que em 2026 completa vinte anos. Duas décadas depois de sancionada, ela segue sendo um dos instrumentos mais importantes que já construímos para enfrentar a violência de gênero — e, ao mesmo tempo, um lembrete de quanto ainda falta caminhar.

A lei trouxe algo que parece óbvio, mas que precisou ser escrito para valer: a violência contra a mulher não se resume à agressão física. Ela aparece também na humilhação constante, no controle, na ameaça e, muitas vezes de forma silenciosa, no bolso.

A chamada violência patrimonial — quando alguém retém o dinheiro, impede a mulher de trabalhar ou a mantém dependente para que ela não tenha como partir — é uma das faces mais cruéis e menos comentadas desse ciclo. E é aqui que eu, à frente de um instituto de previdência, sinto que tenho algo a dizer.

Falo de um lugar que talvez não seja o primeiro que vem à cabeça quando pensamos em Agosto Lilás. Mas trabalho todos os dias com aquilo que dá a uma mulher a chance de decidir sobre a própria vida: a segurança de ter renda, de ter direitos garantidos, de saber que o seu trabalho hoje se converte em amparo amanhã.

Uma servidora que tem o seu salário, a sua carreira e a sua aposentadoria assegurados tem também um bem que nenhuma lei sozinha entrega: a liberdade de dizer não. A autonomia financeira não resolve tudo, mas abre a porta. Quem depende economicamente de um agressor demora muito mais para conseguir sair.

O serviço público é feito, em grande parte, por mulheres. Nas escolas, nas unidades de saúde, nas creches e nas repartições de Várzea Grande, elas são maioria. Cuidam da cidade e das famílias dos outros, muitas vezes carregando também o cuidado das próprias.

Garantir a essas trabalhadoras uma previdência sólida, transparente e respeitosa não é apenas uma obrigação técnica de gestão. É uma forma concreta de proteção. É dizer a cada uma delas que o seu futuro está seguro, que ninguém vai poder usar a necessidade como instrumento de poder sobre ela.

Por isso entendo o Agosto Lilás como um chamado que vai além da denúncia — embora denunciar seja essencial. O Disque 180 e o Disque 190 existem para isso, e não devemos ter vergonha nem receio de acioná-los, por nós ou por quem está ao nosso lado.

Mas a campanha também nos convoca a olhar para as estruturas que ou empurram uma mulher para a dependência ou lhe dão condições de escapar dela. Educação, trabalho digno, creche, saúde e, sim, previdência formam essa rede. Quando qualquer um desses fios se rompe, é sempre a mais vulnerável que cai.

Como mulher em uma posição de gestão, não trato esse tema como distante. Sei o quanto ainda precisamos provar, o quanto ainda ouvimos que certos espaços não seriam o nosso lugar. Cada mulher que ocupa um cargo, que decide, que assina embaixo, ajuda a alargar o caminho para as que vêm depois. E cada política pública que devolve autonomia a uma trabalhadora é um tijolo a menos no muro do medo.

Vinte anos de Lei Maria da Penha nos ensinaram que proteger uma mulher exige mais do que boa vontade: exige lei, exige rede e exige compromisso do poder público, todos os dias, não só em agosto. O lilás deste mês é bonito, mas ele só terá cumprido o seu papel quando for desnecessário.

Enquanto esse dia não chega, seguimos — cuidando, garantindo direitos e lembrando a cada mulher de Várzea Grande que ela não está sozinha e que o seu futuro tem quem o defenda.

Se você ou alguém que você conhece está passando por uma situação de violência, ligue 180. Em caso de emergência, 190

Sumaia Leite de Almeida é presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande (Previvag)